

# BOLETIM ESPECIAL

# da Rede



(31) 3226-3142

[www.redebh.com.br](http://www.redebh.com.br)

[fb.com/sind.rede](https://fb.com/sind.rede)



**25/10/2019**

DESTINADO A TODOS OS TRABALHADORES CONCURSADOS DAS ESCOLAS E EMEIS DE BELO HORIZONTE



**URGENTE**

## PREFEITURA ATACA DIREITOS DOS TRABALHADORES



**URGENTE**

Na sexta-feira (25/10), no final da tarde, quando este material estava sendo fechado, recebemos a informação de um Decreto que mudará as regras para a progressão por escolaridade. O Decreto será publicado no sábado (26/11), no Diário Oficial do Município.

Em uma análise imediata, o decreto determina que não serão mais aceitos cursos feitos simultaneamente,

mesmo na modalidade a distância (EAD). Além disso, será enviado à Câmara Municipal, um Projeto de Lei (PL) com alterações no plano de carreira dos trabalhadores em Educação.

A situação é urgente, já na segunda-feira (28/10), a Diretoria fará uma discussão sobre o decreto e marcará a data do próximo fórum da categoria para discutir o tema.

Vale lembrar que, na última data agendada para reunião de negociação, as duas subsecretárias: Fernanda Neves e Natália não compareceram. Nenhum dos dois temas sequer foram mencionados.

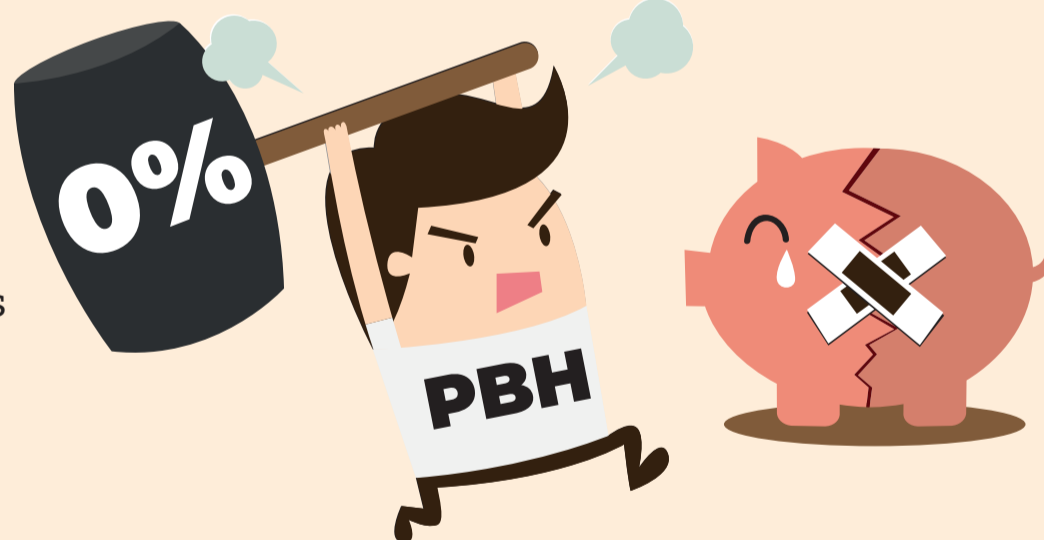
Covardia e desonestidade são adjetivos insuficientes para descrever a atitude tomada por Alexandre Kalil e Ângela Dalben!

## CAMPANHA SALARIAL

**Enquanto os ataques vem a Prefeitura deixa a apresentação do índice de reajuste para o final de Novembro.**

A Prefeitura parece não ter pressa nenhuma para apresentar se terá ou não índice de reajuste para os trabalhadores em Educação da Rede Municipal. Mas os ataques continuam a chegar em grande velocidade.

Após a apresentação do índice, o Sind-REDE/BH convocará os trabalhadores para uma assembleia que analisará a proposta



## Reforma da Previdência

Na última terça-feira (22/10) foi aprovada, em segundo turno, a PEC 006 no Senado Federal. A PEC modifica as regras da Previdência. Assim que ela for sancionada e promulgada pelo presidente da República, as novas regras já passam a valer.

A reforma da Previdência, junto com a reforma trabalhista, representam os maiores ataques aos direitos dos trabalhadores dos últimos 50 anos. Esta é a quarta alteração com retirada de direitos nas regras previdenciárias e é a mais profunda de todas.

Porém, o Governo Federal não conseguiu aprovar tudo como queria, a luta dos trabalhadores conseguiu segurar pontos importantes como o regime de capitalização. Mas esse ainda é um objetivo do Governo, portanto, é preciso estar atento e tirar lições deste último processo.

É importante frisar que os Trabalhadores em Educação de BH demonstraram sua disposição de luta e foram às ruas: os Tsunamis da Educação foram fundamentais, mas, a mobilização geral dos trabalhadores foi muito aquém da necessidade. Por isso, é preciso que as direções das grandes Centrais Sindicais e dos sindicatos

de base sejam audaciosos e chamem a luta sem medo. Não há mediações possíveis neste momento, temos que enfrentar e derrotar as reformas que retiram direitos agora e nas ruas.

Vamos seguir o exemplo do Chile e do Equador, em que as mobilizações populares conseguiram fazer com que os governos recuassem em suas políticas de ajuste. Vale lembrar que o elemento central que gerou todas as revoltas nestes países foi a implementação da agenda neoliberal, recheada de ajustes com retiradas de direitos dos trabalhadores. É contra os efeitos desses ajustes que a juventude e os trabalhadores se rebelam.



Por hora, os servidores públicos municipais e estaduais estão fora da reforma da Previdência. Porém, tramita um projeto (chamado de PEC Paralela) que pretende incluí-los a partir de votações nas Assembleias Legislativas dos Estados. A partir da PEC Paralela será possível aprovar a “adesão” às regras federais, afetando todos os servidores estaduais e de todos os municípios daquele estado.

O município que não quiser aderir à reforma terá que votar Projeto de Lei (PL) específico em sua

Câmara Municipal de Vereadores, definindo pela não adesão. A PEC Paralela ainda está em discussão, há uma perspectiva de que seja apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado no dia 06 de novembro. Barrar a PEC Paralela é a nossa prioridade.

Veja como ficaram as novas regras no link: <http://abre.ai/reformaprevidencia>. Enviaremos também no próximo jornal como ficaram as novas regras e o que consta na PEC Paralela.

## **AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Como foi colocado nos últimos informes, as regras para a avaliação de desempenho foram alteradas em 2018, a publicação das mudanças no Estatuto e os decretos que a regulamentam aconteceram em janeiro de 2019 Ver link: <http://abre.ai/avaliadesempenho>

Houve um amplo debate e processos de mobilizações da categoria que possibilitaram rever algumas das modificações que a Prefeitura pretendia implementar. Se fossem aprovadas, elas representariam uma redução substancial do número de trabalhadores que teriam direito à progressão na carreira.

### **PRINCIPAIS CONQUISTAS:**

- 1)** A Prefeitura não terá mais direito ao prazo de 180 dias (após os 1095 dias de efetivo exercício), para a realização da avaliação e da progressão. Caso haja atrasos, o pagamento será retroativo.
- 2)** O trabalhador que se submeter a avaliação de desempenho terá direito à progressão.
- 3)** Está explicitado em lei que as avaliações de

desempenho do estágio probatório e para efeito de progressão não terão caráter demissional.

### **PRINCIPAIS PROBLEMAS:**

- 1)** Fim das avaliações dos pares tanto no estágio probatório, quanto para efeito de progressão.
- 2)** Caberá às direções, junto com cada trabalhador, a realização de um “plano de trabalho” individual.
- 3)** Além dos 1095 dias de efetivo exercício, também será pré-requisito para a avaliação que o servidor tenha 60 dias trabalhados no ano, salvo casos de licenças por doenças graves. Dias de efetivo exercício são todos, excluindo licença sem remuneração e licenças médicas superiores a 15 dias no ano, salvo licença maternidade e licenças por doenças listadas no rol de doenças graves. Veja todas elas no link: <http://abre.ai/doencasgraves>

As duas primeiras proposições desconsideram que o trabalho nas escolas é coletivo. Não há como compartimentar os estudantes para cada trabalhador ter planos individuais de trabalho.

Além disso, a direção das escolas são as lideranças do grupo de trabalho e, como tal, tem um papel fundamental na elaboração: tanto das avaliações, quanto da elaboração de planos e projetos de trabalho. Elas devem ser entendidas como lideranças de um grupo e não como chefias administrativas, como quer a prefeitura.

Neste sentido, orientamos que as direções façam debates coletivos sobre a avaliação dos trabalhadores e a elaboração dos projetos de trabalho. De acordo com a Secretaria de Educação, toda escola tem verba e pode realizar as reuniões pedagógicas. Sabemos que isso não é uma realidade para todas as escolas. De toda forma, orientamos todas as escolas a realizarem reuniões para debaterem o tema e organizar as avaliações.

### **E NÃO NOS ESQUEÇAMOS:**

**TODO TRABALHADOR EM EDUCAÇÃO É NOTA 10.** Não vamos utilizar de mecanismos para punir os trabalhadores. Sabemos muito bem que a punição em nada serve para a melhoria do trabalho, contribuindo apenas ao cerceamento ideológico.

## **COMISSÕES DE AVALIAÇÃO**

*As Comissões de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório Regionalizadas (CADEPs) são regionalizadas. Os representantes sindicais que ficaram designados para compor as Comissões são os mesmos da Comissão Recursal da Avaliação de desempenho dos servidores estáveis. Para acessar a lista completa com todos os servidores, que compõem o CADEPs Regionalizadas, acesse o link:*

<http://redabh.com.br/comissao-desempenho-estagio/>

## **PERÍCIA MÉDICA**

Na quinta-feira (24/10) foi realizado o lançamento da pesquisa sobre o atendimento da Perícia Médica nas Escolas de Belo Horizonte. O lançamento foi marcado por um ato político na Secretaria de Planejamento, onde uma comissão da categoria esteve presente para contestar os indeferimentos e entregar mais de 200 recusas de licenças médicas ou acompanhamentos.

O ato teve o objetivo de expor a postura da TAG saúde (empresa terceirizada que realiza as perícias médicas) que têm negado e reduzido sistematicamente diversos requerimentos de licen-

ças e acompanhamentos médicos. Foi uma ação política importante para mostrar para a Secretaria que, diferente do que eles têm argumentado, as recusas não são casos isolados.

A partir de novembro, pessoas contratadas pelo Sind-REDE/BH irão percorrer as escolas com um questionário. O objetivo é termos um levantamento que nos permita precisar o percentual de negativas ou reformulações das licenças médicas e os problemas relativos ao tratamento com os trabalhadores em readaptação funcional.

